

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, às onze horas, no Palácio Petrônio Portella, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, presentes os senhores deputados: Ana Paula, B. Sá, Doutor Felipe Sampaio, Doutor Gil Carlos, Doutor Hélio, Doutor Marcus Vinícius Kalume, Doutor Thales Coelho, Elisângela Moura, Evaldo Gomes, Fábio Novo, Francisco Limma, Franzé Silva, Gessivaldo Isaías, Gustavo Neiva, Hélio Isaías, Hélio Rodrigues, João Mádisson, Marden Menezes, Oliveira Neto, Severo Eulálio, Simone Pereira, Warton Lacerda, Wilson Brandão e Ziza Carvalho; ausentes os senhores deputados: Bárbara do Firmino, Doutor Vinicius, Georgiano Neto, Henrique Pires e Rubens Vieira; e justificada a ausência da senhora deputada Gracinha Mão Santa; realizou-se a **CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, presidida pelo senhor deputado Franzé Silva; e secretariada pelos senhores deputados: Evaldo Gomes, Warton Lacerda e Simone Pereira. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Constou a leitura da Ata da sessão anterior, que foi aprovada sem retificação, além das seguintes matérias: **01 (UMA) MENSAGEM** do Poder Executivo: **de N° 176/23**, encaminhando Projeto de Lei de N° 85/23, que “Dispõe sobre a reabertura do prazo para opção pelo regimento de previdência complementar, altera a Lei nº 6.764, de 14 de janeiro de 2026, para estabelecer a natureza jurídica do benefício especial, e dá outras providências”; **02 (DOIS) PROJETOS DE LEI: de N° 391/23**, de autoria do senhor deputado Fábio Novo, que “Altera a lei nº 4.997 de 30 de Dezembro de 1997, que cria o Sistema de Incentivo Estadual à Cultura - SIEC e dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, concedidos a operações de caráter cultural e artístico”; e **de N° 392/23**, de autoria do senhor deputado Gessivaldo Isaías, que “Altera a Lei nº 5.001, de 14 de janeiro de 1998, que ‘Dispõe sobre mecanismos de distribuição do ICMS às Prefeituras Municipais segundo os mandamentos constitucionais, e dá outras providências’”; **01 (UM) OFÍCIO de N° 6.741/23** da Fundação Municipal de Saúde de Teresina, em resposta ao requerimento da senhora deputada Bárbara do Firmino, o qual solicita informações sobre o fechamento da Unidade Básica de Saúde Luís Gonzaga Pires, situada na Taboca do Pau Ferrado, em Teresina; e **20 (VINTE) REQUERIMENTOS aprovados: onze**, de autoria do senhor **deputado Doutor Marcus Vinicius Kalume**, os quais solicitam dos órgãos competentes: abastecimento de água por meio de carro-pipa nas localidades Buriti Seco, Mel, Algodões, Vereda do Meio, Entroncamento, Cupins, Baixão dos Bois e Garapa, no município de Rio Grande do Piauí; uma academia popular na localidade Bom Sucesso, no município de

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

Floriano; a construção de um ginásio de esportes no município de Jerumenha; construção de duas praças públicas nas localidades Várzea Grande e Vacas, respectivamente, no município de Canavieira; construção de uma quadra poliesportiva no conjunto residencial José Pereira, bairro Meladão, no município de Floriano; um transformador de energia e a substituição de postes de madeira por postes de energia de concreto no Assentamento Saco Grande, no município de Canavieira; substituição de postes de madeira por postes de energia de concreto, na localidade Várzea Grande, município de Canavieira; perfuração e equipamento de um poço tubular profundo na localidade Baixão dos Bois, município de Rio Grande do Piauí; construção de uma praça pública na localidade Artur Passos, no município de Jerumenha; e um sistema de captação de água de poços já perfurados nas comunidades: Irajá, Bom Sucesso e Volta, no município de Floriano; e um Voto de Pesar pelo falecimento de Gustavo Martins Ferreira; **dois**, de autoria do senhor **deputado Henrique Pires**, os quais solicitam: informações, por parte da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, sobre o cronograma das obras de duplicação da BR-343; e realização de sessão solene em homenagem ao Ministro Antônio Carlos Ferreira; **um**, de autoria do senhor **deputado Severo Eulálio**, o qual solicita do Instituto de Desenvolvimento do Piauí, a pavimentação de estrada vicinal no município de Canto do Buriti; **um**, de autoria do senhor **deputado Wilson Brandão**, o qual solicita Voto de Louvor pelos 32 anos da Rádio Imperial; **um**, de autoria do senhor **deputado Ziza Carvalho**, o qual solicita realização de sessão solene pelos 60 anos do fim do Golpe Militar; **um**, de autoria do senhor **deputado Gessivaldo Isaías**, o qual solicita do Instituto Nacional do Seguro Social a realização de perícia médica na Agência da Previdência Social do município de Cristino Castro; **um**, de autoria do senhor **deputado Francisco Limma**, o qual solicita a constituição de Comissão Especial para acompanhar os trabalhos de implantação do Intermodal do Vale do Parnaíba e do Projeto de Hidrogênio Verde; **um**, de autoria da senhora **deputada Elisângela Moura**, o qual solicita realização de sessão solene em homenagem aos 53 anos da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí; e **um**, de autoria do senhor **deputado Doutor Felipe Sampaio**, o qual solicita do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte do Piauí a construção de redutores de velocidade, na forma de quebra-molas, nas mediações da Unidade Escolar Maria do Carmo Melo, do Supermercado "O de Casa" e da Pizzaria Dogão da Mary, todos localizados às margens da BR-222, no município de Batalha. **ORDEM DO DIA. Aprovados** em primeira discussão e votação, pela unanimidade dos presentes, os **PROJETOS DE RESOLUÇÃO: de N° 17/23**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-32.922/23, que "Institui a Frente Parlamentar dos (as) Catadores (as) de Materiais Recicláveis do Estado do

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

Piauí”; e de N° 20/23, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-33.304/23, que “Institui a Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária do Estado do Piauí”. **Aprovados** em primeira discussão e votação nominal, pela unanimidade dos presentes, COM 23 (VINTE E TRÊS) VOTOS SIM dos senhores deputados: Ana Paula, B. Sá, Doutor Felipe Sampaio, Doutor Hélio, Doutor Marcus Vinícius Kalume, Doutor Thales Coelho, Elisângela Moura, Evaldo Gomes, Fábio Novo, Francisco Limma, Franzé Silva, Gessivaldo Isaías, Gustavo Neiva, Hélio Isaías, Hélio Rodrigues, João Mádison, Marden Menezes, Oliveira Neto, Severo Eulálio, Simone Pereira, Warton Lacerda, Wilson Brandão e Ziza Carvalho, os **PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR: de N° 07/23**, do Poder Executivo, Processo AL-33.758/23, que “Altera a Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, das autarquias e das fundações públicas estaduais e dá outras providências, e a Lei nº 3.808, de 16 de julho de 1981, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí”; **de N° 08/23**, do Tribunal de Justiça do Piauí, processo AL-33.442/23, que “Propõe envio ao Poder Legislativo de projeto de lei que visa alterar a Lei Complementar nº 266, de 20 de setembro de 2022, que dispõe sobre a Organização, Divisão e Administração do Poder Judiciário do Estado do Piauí”; e **de N° 09/23**, do Ministério Público do Piauí, processo AL-33.989/23, que “Altera os arts. 6º, 8º, 9º, 11, 12, 13, 16, 24, 25, 39, 41, 63, 83, 86-B, 88, 88-A, 89, 97, 107, 112 e 116 da Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1993, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, e dá outras providências”. **Aprovados** em primeira discussão e votação, pela unanimidade dos presentes, os **PROJETOS DE LEI: de N° 48/23**, do Poder Executivo, processo AL-32.201/23, que “Altera a Lei nº 5.431, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre as sanções administrativas a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências”; **de N° 59/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.296/23, que “Altera a Lei 6.404, de 28 de agosto de 2013, que dispõe sobre a Revisão da Circunscrição Territorial do Município de Cocal dos Alves”; **de N° 62/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.975/23, que “Altera a Lei nº 7.755, de 18 de março de 2022, que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial nos estabelecimentos que processam produtos de origem vegetal no Estado do Piauí”; **de N° 67/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.675/23, que “Altera a Lei Estadual nº 7.193, de 08 de abril de 2019 que dispõe sobre o consumo de matéria-prima florestal e as modalidades de cumprimento da reposição florestal obrigatória no Estado do Piauí, previstos no art. 33, § 1º, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012”, com emenda; **de N° 68/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.366/23, que “Institui o Plano Plurianual – PPA – para o quadriênio 2024-2027”; **de N° 69/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.367/23, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

exercício financeiro de 2024”; **de N° 70/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.473/23, que “Altera a Lei Complementar nº 40, de 14 de julho de 2004”; **de N° 71/23**, do Poder Executivo, processo AL-34.084/23, que “Altera o art. 24 da Lei nº 8.107, de 02 de agosto de 2023, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024”; **de N° 75/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.750/23, que “Autoriza o Poder Executivo estadual a promover a Cessão de Uso, a título gratuito, ao município de Teresina - PI, de bem imóvel pertencente ao patrimônio imobiliário do estado do Piauí, onde se situam o Ginásio Poliesportivo e o Mercado Público do Residencial Jacinta Andrade, em Teresina-PI”; **de N° 77/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.718/23, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A, com a garantia da União e dá outras providências”; **de N° 78/23**, do Poder Executivo, processo AL-33.679/23, que “Altera a Lei nº 8.156, de 20 de setembro de 2023, que autoriza o Poder Executivo estadual a efetuar o repasse dos recursos efetivamente recebidos pelo estado do Piauí, a título de assistência financeira complementar da União, aos profissionais públicos estaduais de enfermagem, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.434, de 04 de agosto de 2022”; **de N° 84/23**, do Poder Executivo, processo AL-34.082/23, que “Altera e revoga dispositivos da Lei nº 7.725, de 17 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado do Piauí - CEDME/PI”; **de N° 85/23**, do Poder Executivo, processo AL-34.093/23, que “Dispõe sobre a reabertura do prazo para opção pelo regimento de previdência complementar, altera a Lei nº 6.764, de 14 de janeiro de 2026, para estabelecer a natureza jurídica do benefício especial, e dá outras providências”; **de N° 120/23**, de autoria da senhora deputada Gracinha Mão Santa, processo AL-31.678/23, que “Dispõe sobre medidas de combate ao racismo e injúria racial no Estado do Piauí e dá outras providências”; **de N° 177/23**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, processo AL-32.476/23, que “Dispõe sobre a criação do ‘Programa Escolas Verdes’ no Estado do Piauí e dá outras providências”; **de N° 206/23**, de autoria do senhor deputado Hélio Isaías, processo AL-32.750/23, que “Dispõe sobre a reserva de vagas de empregos para mulheres vítima de violência doméstica e familiar nas empresas prestadoras de serviços ao Estado do Piauí e dá outras providências”; **de N° 234/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume, processo AL-32.989/23, que “Determina que no ato da interrupção dos serviços de Energia Elétrica, água e esgoto seja disponibilizada ao consumidor a opção de pagamento dos débitos através de cartão de débito ou PIX”; **de N° 244/23**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, processo AL-33.065/23, que “Institui a Política Estadual de Preservação Ambiental, Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Desenvolvimento Sustentável, e dá outras providências”; **de N° 248/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Thales Coelho, processo AL-33.069/23,

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

Dispõe sobre o pagamento de fiança via Pix, no âmbito do Estado do Piauí, e dá outras providências”; **de N° 267/23**, de autoria da senhora deputada Bárbara do Firmino, processo AL-33.186/23, que “Institui o Dia de Cosme e Damião e o inclui no Calendário Oficial do Estado”; **de N° 279/23**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, processo AL-33.273/23, que “Institui a Política Estadual de Saúde Bucal no âmbito do Estado do Piauí e dá outras providências”; **de N° 285/23**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-33.318/23, que “Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Piauí a Festa de Santo Reis – ‘Reisado’ e dá outras providências”; **de N° 286/23**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-33.312/23, que “Submete a indicação do Reisado para obtenção do Patrimônio Cultural Imaterial do Piauí”; **de N° 287/23**, de autoria do senhor deputado Warton Lacerda, processo AL-33.320/23, que “Declara patrimônio cultural e imaterial do Estado do Piauí, o Festejo do Padroeiro de Altos, São José, e o inclui no calendário oficial de eventos do Governo do Estado do Piauí”; **de N° 289/23**, de autoria da senhora deputada Ana Paula, processo AL-33.322/23, que “Dispõe sobre a afixação de cartazes em Delegacias informando sobre a gratuidade contida na Lei Ordinária nº 5.689 de 26/10/2007 que isenta do pagamento de taxas para obtenção da 2º via de documentos públicos, às pessoas que foram furtadas, roubadas e/ou assaltadas”; **de N° 301/23**, de autoria do senhor deputado Rubens Vieira, processo AL-33.425/23, que “Institui no âmbito do Estado do Piauí a Semana Estadual de Conscientização sobre os Riscos, Desafios e Prevenção de Gravidez na Adolescência”; **de N° 314/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Felipe Sampaio, processo AL-33.520/23, que “Declara Patrimônio Cultural Imaterial do estado do Piauí a ‘Micarina de Esperantina’, carnaval fora de época realizado no município de Esperantina-PI e a inclui no Calendário Oficial de Eventos do estado do Piauí”; **de N° 317/23**, de autoria do senhor deputado Henrique Pires, processo AL-33.603/23, que “Dispõe sobre obrigatoriedade na instalação de hidrômetros nas residências e instalações domiciliares no âmbito do Estado do Piauí”; **de N° 324/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume, processo AL-33.600/23, que “Declara o Festejo de São Pedro de Alcântara, na cidade Floriano, Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Piauí, e dá outras providências”; **de N° 325/23**, de autoria do senhor deputado Hélio Rodrigues, processo AL-33.668/23, que “Reconhece de Utilidade Pública a Federação de Habitação do Estado do Piauí FEHAB-PI”; **de N° 330/23**, de autoria do senhor deputado Francisco Limma, processo AL-33.708/23, que “Cria o Programa Estadual de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural no Piauí e dá outras providências”; **de N° 335/23**, de autoria da senhora deputada Elisângela Moura, processo AL-33.759/23, que “Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Estado do Piauí - PEATER e o Programa Estadual de

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Estado do Piauí - PROATERPI. Altera a Lei 5.206, de 09 de agosto de 2001, e dá outras providências”; **de N° 349/23**, de autoria do senhor deputado Gessivaldo Isaías, processo AL-33.842/23, que “Institui no Calendário Oficial de Eventos do Piauí, o dia Estadual da Defensoria Pública”; **de N° 350/23**, de autoria do senhor deputado Hélio Rodrigues, processo AL-33.840/23, que “Reconhece de Utilidade Pública o Instituto Cultivar Progresso”; **de N° 351/23**, de autoria do senhor deputado Henrique Pires, processo AL-33.844/23, que “Reconhece de utilidade pública a Associação do Projeto EPAFRAS-APE”; **de N° 369/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Vinicius, processo AL-33977/23, que “Dispõe sobre o Reconhecimento de Utilidade Pública da Associação dos Amigos do Balé da Cidade de Teresina (AABCT)”; **de N° 375/23**, de autoria do Ministério Público do Piauí, processo AL-33.987/23, que “Cria o Fundo de Liquidação de Passivos do Ministério Público do Estado do Piauí e dá outras providências”; **de N° 376/23**, de autoria do senhor deputado Gessivaldo Isaías, processo AL-33997/23, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos bancos e instituições financeiras a adotarem uma senha de pânico, bem como sistemas de geolocalização em aplicativos para dispositivos móveis”; **de N° 382/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinicius Kalume, processo AL-34052/23, que “Reconhece de Utilidade Pública a Associação Instituto Nova Semente, no Município de Floriano”; **de N° 384/23**, de autoria do senhor deputado Nerinho, processo AL-34.041/23, que “Reconhece de Utilidade Pública a Associação ONG Projeto Vivo, com sede na cidade de Cajueiro da Praia-PI e dá outras providências”; **de N° 385/23**, de autoria do senhor deputado Nerinho, processo AL-34.042/23, que “Reconhece de Utilidade Pública a Fundação Luísa Nunes de Jesus Costa, com sede na cidade de Lagoa Alegre-PI e dá outras providências”; **de N° 386/23**, de autoria do senhor deputado Doutor Marcus Vinicius Kalume, processo AL-34086/23, que “Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Mães e Amigos dos Autistas - AMA ANJO AZUL, no Município de Floriano”; **de N° 387/23**, de autoria do Tribunal de Justiça, processo AL-34.083/23, que “Reajusta os subsídios dos servidores, ativos e inativos, do Poder Judiciário do Estado do Piauí, as gratificações pelo exercício de cargos em comissão e funções de confiança”; **de N° 388/23**, de autoria do senhor deputado Severo Eulálio, processo AL-34.085/23, que “Acrescenta o §5º ao art. 16, da Lei nº 6.920, de 23 de dezembro de 2016; acrescenta o inciso X, ao art. 98 da Lei Complementar Estadual nº 59, de 30 de novembro de 2005”, com emenda; **e de N° 391/23**, de autoria do senhor deputado Fábio Novo, processo AL-34.095/23, que “Altera a lei nº 4.997 de 30 de dezembro de 1997, que cria o Sistema de Incentivo Estadual à Cultura - SIEC e dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//**

Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, concedidos a operações de caráter cultural e artístico”. **Aprovado** em discussão e votação única, pela unanimidade dos presentes, o **INDICATIVO DE PROJETO DE LEI de Nº 32/23**, de autoria do senhor deputado Franzé Silva, processo AL-32826/23, que “Dispõe sobre a regulamentação da função de condutor socorrista e seu enquadramento na área da saúde e dá outras providências”. **E aprovada** em discussão e votação única, a **MOÇÃO DE APOIO de Nº 07/23**, de autoria do senhor deputado Aldo Gil, processo AL-33955/23, ao Congresso Nacional, em face da tentativa de legalização do aborto por meio da ADPF 442, a fim de garantir as prerrogativas constitucionais e republicanas das competências do Poder Legislativo. **GRANDE EXPEDIENTE**. Não houve orador. **Com anuência do Plenário**, o senhor presidente, deputado Franzé Silva, convocou uma sessão extraordinária para apreciar matérias constantes na Ordem do Dia, em segunda discussão e votação. **E, nada mais** havendo a tratar, encerrou a sessão, que, para constar, foi redigida e digitada a presente Ata, pela Coordenadoria de Serviços de Redação de Atas, a qual, depois de lida, achada conforme, aprovada pelo Plenário, vai assinada pela Mesa da sessão subsequente.//

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO

\_\_\_\_\_  
2º SECRETÁRIO